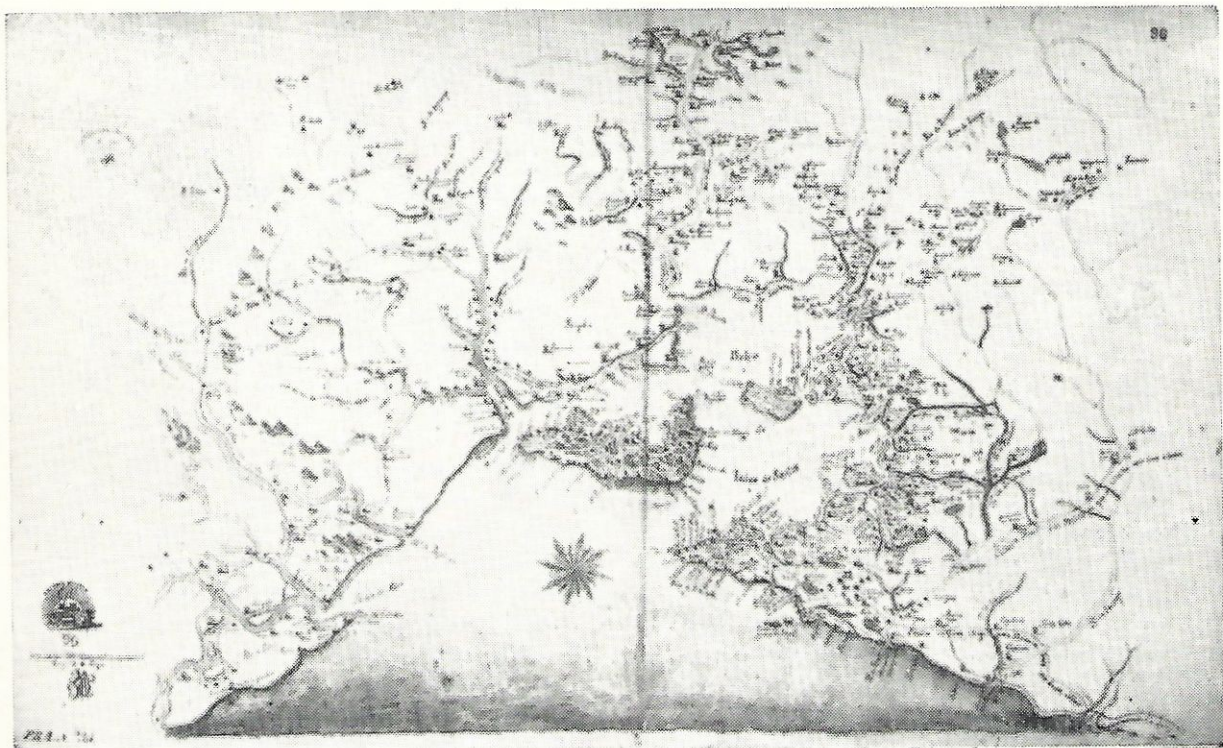




Planta Hidrográfica da Baía de Todos os Santos — 1823.

O ALMIRANTE COCHRANE E A QUESTÃO DAS PRESAS

BRIAN VALE
Professor

A CONTROVÉRSIA SOBRE AS PRESAS: FASE I

Ao celebrar o Natal de 1823, Thomas Lorde Cochrane tinha boas razões para sentir-se satisfeito com os esforços que fizera em prol da Independência Brasileira. Como Primeiro-Almirante da Marinha Imperial, em brilhante campanha que durou apenas seis meses, teve êxito em bloquear a área-chave estratégica da Bahia e dali expulsar um exército português e uma esquadra naval muito mais forte. Perseguiu-os além das águas brasileiras e através do Atlântico; e, de sua própria iniciativa, usando astúcia tipicamente audaciosa, assegurou a evacuação das guarnições portuguesas do Pará e Maranhão, dei-

xando as províncias do Norte livres, para declarar sua lealdade ao Império Brasileiro. Como resultado de seus esforços, foi quebrado o impasse militar que tinha ameaçado frustrar a luta do Brasil por sua liberdade, e a Nação estava quase completamente livre das tropas inimigas. Apenas uma pequena guarnição era ainda mantida em Montevideu, mas aquela também tinha começado a pedir paz, agora que tinha desaparecido a esperança de reforço e de auxílio. As notícias dos triunfos de Cochrane tinham sido arrebatadamente recebidas no Rio de Janeiro, e quando seu capitânia retornou, em 9 de novembro, ele recebeu todas as honras que uma nação agradecida podia conferir: foi elevado à nobreza brasileira

como Marquês de Maranhão; tornou-se Cavaleiro da Grã-Cruz do Cruzeiro do Sul; recebeu um voto de agradecimento da Assembléia Constituinte e foi nomeado Conselheiro do Estado. Os oficiais do esquadrão, dos quais cerca de um terço eram britânicos, dividiram também as honras e glórias, e receberam condecorações e promoções por sua participação na vitória.

As façanhas de Cochrane e seu indubitável gênio militar estabeleceram-no como líder incontestável da incipiente Marinha Brasileira. Como Primeiro-Almirante e Comandante-em-Chefe, sua opinião era procurada e acatada em todos os assuntos marítimos, desde os amplos problemas de defesa nacional¹ ou desenvolvimento naval² até assuntos menores, tais como o uso de navios a vapor ou os melhores tipos de âncoras e amarras disponíveis. Como era costume, todas as ordens e comunicações entre o Ministério da Marinha e os navios e pessoal da esquadra eram feitas através do Primeiro-Almirante, e tal procedimento foi cuidadosamente seguido durante seu período de comando. Os assuntos que afetavam a pequena esquadra estacionada ao largo de Montevideu eram, por motivos de rapidez e conveniência administrativa, enviados diretamente pelo Ministério, mas, para todos os outros navios e unidades destacadas, as comunicações eram feitas por meio do Primeiro-Almirante. Este sistema falhou apenas uma vez, quando, em 19 de dezembro de 1823, o Ministro da Marinha ordenou que o Brigue-Escuna *Atlanta* seguisse para o Sul a fim de reforçar a esquadra do Rio da Prata. Cochrane protestou imediatamente, dizendo não ter sido previamente consultado e constituir a ordem infração a sua autoridade como Comandante-em-Chefe. Uma semana mais tarde, recebeu um pedido de desculpas e explicações do Ministro³, e a regra foi seguida escrupulosamente daí em diante.

Cochrane apreciou as honras que lhe tinham sido conferidas em reconhecimento de seu trabalho pelo Brasil, mas, em seu notório modo brusco e franco, tinha interesse maior nos prê-

mios mais substanciais que acreditava seriam logo seus, na forma de dinheiro das presas. Também sob este prisma a campanha fora brilhantemente bem sucedida — ele tinha bloqueado um porto e capturado outros dois, e havia perseguido por centenas de milhas um comboio vulnerável e grandemente carregado. Ao todo, capturara a esquadra cerca de setenta e oito navios mercantes e transportes (dos quais dezesseis tinham sido liberados ou destruídos), três navios de guerra, incluindo uma fragata nova, oito canhoneiras, grandes quantidades de mercadorias e considerável quantidade de propriedades públicas e privadas. Estimativas da época colocavam como valor de tudo isto a soma de 1.275.000 mil réis (£255.000 ao câmbio da época).⁴ De acordo com a interpretação de Cochrane, tudo isto pertencia por direito aos captores: Os navios tomados em alto-mar, de acordo com as leis normais de presa; as propriedades públicas capturadas no Maranhão, de acordo com a lei internacional; e as propriedades privadas, que tinham sido capturadas nos dois portos, de acordo com o Decreto Imperial de 11 de dezembro de 1822, que confiscava as propriedades do inimigo. Em janeiro de 1824, vinte e oito navios de carga, avaliados em 6.000.000 mil réis (£ 120.000), estavam já no Rio,⁵ e Cochrane estava esperando pela sua rápida condenação pelos tribunais do Almirantado e pela distribuição dos *proceeds* entre os captores, de acordo com a lei, que, como ele bem sabia, dava ao Comandante-em-Chefe um oitavo do valor de todas as presas legítimas.

Os primeiros navios capturados durante o bloqueio da Bahia, feito por Cochrane, chegaram ao Rio em junho de 1823 e, por volta de 10 de agosto, as presas estavam sob guarda no arsenal, aguardando julgamento: A medida que os casos começaram a ser ouvidos, um ou dois navios foram liberados com bases técnicas, mas a natureza do conflito com Portugal e a falta de leis brasileiras de presa logo produziram complicações legais e demoras, e meses decorreram antes que o Conselho Militar Supremo, que formava a

Corte Superior de Presas, fosse capaz de clarear a situação e estabelecer exatamente qual a legislação aplicável. Em resumo, as dificuldades eram duas: Primeiro, era de fato uma guerra, no sentido aceito internacionalmente, o conflito entre dois reinos iguais, sob a coroa portuguesa? E segundo, se as duas nações estavam verdadeiramente em guerra, quais as leis aplicáveis às presas capturadas por navios da Marinha Brasileira, se a única legislação imperial sobre o assunto era um decreto de 30 de dezembro de 1822 autorizando e regulando as atividades dos corsários? Em 18 de setembro de 1823, o Conselho Militar Supremo pediu orientação oficial para estes pontos e em 5 de dezembro recebeu uma resolução imperial dando os esclarecimentos pedidos: Brasil e Portugal estavam na verdade em guerra; o decreto de 30 de dezembro, que constituía a declaração, estava ainda em vigor, mesmo que não tivessem sido formadas comissões de pirataria; mas os termos eram somente aplicáveis a corsários, e navios de guerra deveriam ser tratados de acordo com a legislação portuguesa tradicional.

As leis de presa de Portugal, que deviam formar a base das regras brasileiras sobre o assunto, estavam incorporadas em dois Alvarás de 7 de dezembro de 1796 e 9 de maio de 1797. Como em outros países, estes decretos expunham, com detalhes, as formalidades e a conduta a serem observadas ao se tomar as presas em tempos de guerra, e estabeleciam os procedimentos a serem seguidos para assegurar sua adjudicação nas cortes. Seu princípio básico era que as presas legítimas capturadas por navios de guerra deviam ser propriedade dos captores, com exceção das provisões militares, caso em que receberiam os captores apenas um quinto do seu valor. Em sua maioria, essas regras eram muito semelhantes às leis de presas da Inglaterra, particularmente nas regras baixadas para distribuição do dinheiro das presas entre os oficiais e praças envolvidos na captura. Como demonstram os números abaixo, a distribuição mostra uma forte semelhança com a prática do Almirantado Britânico, antes que a revisão de 1808 reduzisse a um doze avos a fração pagável aos oficiais-generais e aumentasse as frações devidas aos grupos e) e f):

	Britânicos (antes de 1808)	Brasileiros (1824)
a. Comandante(s)	dois oitavos	dois oitavos
b. Comandante-em-Chefe	um oitavo	um oitavo
c. Oficiais Comissionados	um oitavo	dois oitavos
d. Oficiais não Comissionados	um oitavo	
e. Sargentos	um oitavo	um oitavo
f. Outros	dois oitavos	dois oitavos

Era notória, mesmo no princípio, a preocupação de Cochrane com a recompensa pecuniária, e a demora em esclarecer as leis de presas claramente mostrava poder ocasionar dificuldades para tal. Como precaução, Francisco Vilela Barbosa, que na época era Ministro da Marinha há apenas cinco dias, foi a bordo do capitânia, em 24 de novembro, para oferecer seus respeitos pessoais e para assegurar ao Cochrane impaciente que o problema das presas

logo seria resolvido. Três semanas mais tarde, em 5 de dezembro, ele apressou-se a mandar a resolução imperial para os juizes do Almirantado, com instruções para completar o exame das presas com a maior rapidez possível, de modo que pudessem ser mandados ao Conselho Militar Supremo e a julgamento final.⁶

Os amplos avanços militares que tiveram lugar no Brasil durante 1823 foram igualados por progressos políticos

igualmente dramáticos. A insurreição brasileira fora inspirada inicialmente por simples desejo de resistir às tentativas do governo de Lisboa de fazer retornar a Nação a um *status* colonial, uma vez que o rei havia voltado do seu temporário exílio no Rio de Janeiro, ao qual fora obrigado durante as guerras napoleônicas. A princípio, estavam os brasileiros apenas interessados em manter as vantagens obtidas durante este período e a preservar o *status* conferido a sua pátria em 1815, quando o Brasil se tornara um reino separado, igual a Portugal, sob o domínio de Bragança; mas, como a disputa tinha degenerado em guerra aberta, as posições enrijeceram-se inevitavelmente até que os brasileiros começaram a almejar a nada menos que completa independência. Quando isto se tornou uma realidade, seguindo-se ao estabelecimento do Império e à expulsão das tropas portuguesas do solo brasileiro, a opinião pública começou a se polarizar quanto à forma de governo e a suas relações com a velha metrópole, e quando a Assembléia Constituinte se reuniu pela primeira vez no Rio, em maio de 1823, os delegados se encontraram divididos em dois grupos hostis. Ambos os partidos apoiavam a independência mas um, composto de brasileiros natos, que formavam a aristocracia rural e a massa das classes mais baixas, favorecia uma linha extrema antiportuguesa e uma ordem *democrática* de coisas para contrabalançar a influência dos portugueses mercadores e funcionários que dominavam o serviço público civil; o outro, composto de portugueses que aderiram à causa imperial, e de brasileiros ricos, que tinham receio de governo popular, apoiava uma política de conciliação nacional, um sistema absoluto de governo e a restauração de relações amigáveis com Portugal. A princípio, o governo de José Bonifácio, que tinha guiado os destinos do Brasil através dos anos tormentosos que levaram à Independência, manteve um rumo forte e inflexível entre os dois grupos, ostensivamente ignorando a ambos, mas em julho de 1823 os dois partidos combinaram forçar sua resignação. Fora da

função, José Bonifácio e seus irmãos se aliaram com a facção *patriota* e devotaram seu considerável talento a aguçar o ataque até que tanto a imprensa quanto a Assembléia estavam abertamente proclamando sentimentos que não eram somente antiportugueses, mas também antimonárquicos. Em novembro, aconteceu o inevitável: O Imperador, apoiado pelo Exército, dissolveu a Assembléia, prendeu e exilou José Bonifácio e outros líderes do partido *patriota*, tomou as rédeas do governo e designou uma nova administração, chefiada por José Severiano Maciel da Costa como Ministro do Império, Luís de Carvalho e Melo como Ministro das Relações Exteriores e um especial favorito do Imperador — Francisco Vilela Barbosa — como Ministro da Marinha.

Os Ministros e Conselheiros de Estado que formavam o novo governo eram todos brasileiros natos mas, politicamente, apoiavam o partido *moderado* e sua política. Agora que a guerra estava terminada e a independência, uma realidade; era baseada na conciliação entre portugueses e brasileiros e na restauração de relações amigáveis com Portugal. Contudo, a tarefa de governar o Brasil neste período turbulento não era fácil: As características autocráticas do caráter do Imperador e sua predileção pelo assessoramento dos favoritos do Palácio estavam se tornando evidentes, e ao tentar implementar sua política, o governo se encontrou andando em uma corda bamba entre uma bateria de pressões conflitantes. Internamente, o partido *patriota* permanecia uma força poderosa em todo o País, a despeito da dissolução da Assembléia, e seus partidários viam com crescente hostilidade as atividades de uma administração tida como pró-Portugal e capaz de trair os interesses brasileiros. Externamente, poderes estrangeiros, como Grã-Bretanha e Áustria, que desejavam ver uma acomodação entre Brasil e Portugal, estavam começando a exercer pressão em favor da paz.⁷ De um lado, o governo fazia face a pedidos de demissão dos portugueses funcionários, continuação de guerra, e a condenação das presas e

dos bens inimigos;⁸ por outro lado, estava sob pressão para suspender as hostilidades, restaurar a propriedade capturada e mesmo demitir os oficiais navais britânicos.⁹ Não podia haver transigência quanto à posição brasileira de que não haveria cessação das hostilidades antes do reconhecimento da independência mas, no que dizia respeito as suas outras políticas, o governo era forçado a andar tão cautelosamente que dava impressão geral de fraqueza e de mudanças e encorajava, mais do que removía, as suspeitas.

Para Cochrane e os homens da Esquadra, a quantidade de mercadorias inimigas e o grande número de presas flutuando nos seus ancoradouros na Bahia, eram evidência concreta dos triunfos que tinham obtido e das recompensas que se deveriam seguir. Mas, para o governo, a magnitude da vitória da Marinha era agora um embaraço. A restauração de propriedades portuguesas capturadas era tábua rasa de qualquer política de conciliação interna ou de paz externa e, como resultado, a administração parecia ter decidido assegurar a liberação de tantas presas quanto fosse possível por meios legais. Quando o Conselho Militar Supremo começou a examinar os casos que lhes eram apresentados, cada brecha e sutileza na lei foram utilizadas para liberar as capturas da esquadra. Uma decisão de que nenhum vaso capturado no porto ou dentro de duas léguas da costa era presa, dentro da lei, assegurou a liberação da maioria dos mercantes. As reivindicações da esquadra para navios de guerra capturados foram desaprovadas com base em que eles eram *direitos* da coroa; e as pretensões de Cochrane, de entrar na posse de todas as propriedades capturadas no Maranhão, foram dissolvidas por um entendimento de que a província nunca tinha sido território inimigo, fora sempre parte do império brasileiro, embora sob temporária ocupação portuguesa. Dentro de dois meses, a Corte Superior de Presas dissolveu a reivindicação da esquadra em cerca de metade das propriedades que eles tinham capturado e reivindicações por danos já

estavam sendo despachadas pelos proprietários.

Lorde Cochrane já estava ficando impaciente com as demoras nos procedimentos da Corte de Presas, e a descoberta de que alguns dos navios estavam sendo saqueados provocou uma cólera que nem a prisão e punição dos responsáveis,¹⁰ nem a transferência das mercadorias para a alfândega, para maior segurança, pôde acalmar.¹¹ Agora ele observava as ações da Corte de Presas com crescente fúria. A liberação de navios provocou enfáticos protestos escritos e, em 2 de fevereiro de 1824, incapaz de se conter por mais tempo, Cochrane iniciou forte ataque contra a Corte, em carta para o Ministro da Marinha. Salientou que nove dentre treze membros eram portugueses de nascimento; acusou-os de perverter a justiça em favor dos seus compatriotas e de serem abertamente contra os interesses da Marinha e do País; e pediu a intervenção do governo e a demissão dos membros. Uma semana mais tarde, continuou o seu ataque com longa carta ao Imperador, relacionando os seus serviços à causa brasileira, protestando pelo seu tratamento e oferecendo sua resignação.

A decisão da Corte de Presas, as demoras nos procedimentos de julgamento, em particular as reclamações abertamente expressas do Comandante-em-Chefe causaram inevitavelmente uma queda no moral da Marinha. Depois de somente dois meses no porto, Cochrane estava publicamente criticando o Governo e o Ministério da Marinha, acusando-os de quebra de fé e denunciando a administração naval brasileira como a pior que ele tinha conhecido.¹² As amargas reclamações do Primeiro-Almirante naturalmente se espalharam entre os oficiais e praças sob seu comando, que já estavam ressentidos pelo tratamento de alguns deles na questão de pagamento. Não havia uma queixa real sobre a rapidez ou a regularidade com a qual as guarnições eram pagas (embora Cochrane manejasse para criar a impressão de que o dinheiro estava aparecendo somente, como resultado de seus esforços pessoais e não como

resultado de um processo administrativo regular)¹³ mas havia protestos acerca das quantias que eram oferecidas. Os pagamentos mensais da Marinha Imperial, em 1824, eram 10 mil réis (£2) para 1º marinheiros e 8 mil réis (£1.80) para os 2º marinheiros. A maioria dos marinheiros recrutados, tanto na Inglaterra como no Brasil, tinha sido alistada por estas quantias, mas cento e cinquenta dos quatrocentos e cinquenta marinheiros britânicos haviam sido engajados em Liverpool, onde o Vice-Cônsul Antônio Meireles Sobrinho, irresponsável e desonestamente, prometera £5.50 (27 mil réis)! Muito naturalmente, quando da chegada ao Rio, o Governo Brasileiro recusara de plano pagar tal quantia inflacionada e, a despeito dos protestos de Cochrane em benefício deles, tinha declarado que os homens recrutados em Liverpool deviam aceitar pagamento normal ou ir embora.¹⁴ Como resultado, muitos deles fizeram justamente isto, e em março cerca de cem deixaram o serviço.¹⁵

O óbvio e crescente descontentamento na Marinha, e a crescente insatisfação de Lorde Cochrane eram assuntos de grande interesse para o Governo, pois, embora os Ministros estivessem dedicados a uma política de conciliação nacional, estavam igualmente cientes da necessidade de uma força naval eficaz e leal. A importância da contribuição dos navios de Cochrane à libertação do Brasil era evidente, e agora informações de preparativos, para uma reconquista militar portuguesa¹⁶ e de crescente sentimento republicano e separatista, no Norte, tornavam igualmente evidente que no futuro a Marinha poderia ser imprescindível para a defesa e integridade do Império. Encontrou-se assim o Governo num dilema: Sua política de conciliação nacional tornava vital a restituição das propriedades inimigas capturadas; no entanto o ato de restaurar as presas aos seus proprietários estava minando a eficiência da Marinha. Havia também o problema de Lorde Cochrane. Era notório seu interesse pelos ganhos financeiros, e o Governo estava não somente relutante em perder seus incomparáveis talentos milita-

res, mas também receoso de que ele pudesse oferecê-los a um inimigo real ou em potencial.¹⁷

Este problema global foi discutido em um Conselho de Estado, em 12 de fevereiro de 1824, e depois de extensa discussão foi decidido que a única resposta jazia em um típico acordo brasileiro: A política de restituir a propriedade portuguesa deveria continuar mas, para satisfazer à Marinha, o Tesouro Nacional pagaria a Cochrane e a seus homens o valor de todas as presas julgadas ilegais e liberadas. Foi decidido que eram viáveis três métodos de pagamento — ou a esquadra receberia dois terços do valor, enquanto o Tesouro reteria o resto para atender a reclamações por danos ou seria pago o valor total e Cochrane aceitaria obrigação por todas as reclamações; ou ainda, se Cochrane não aceitasse os métodos anteriores, receberia o valor total, enquanto o Tesouro aceitaria obrigação de atender a todos os pedidos de danos. Além disso, foi proposto que o valor das presas em questão deveria ser fixado por arbítrio; que o acordo somente se aplicaria às presas capturadas antes de 12 de fevereiro de 1824; e que, como gesto especial de gratidão e bca fé, à Esquadra seriam dados 40.000 mil réis (£8.000) por conta da *Fragata Imperatriz*, capturada no Pará. Armado com estas concessões, o Imperador encontrou-se com Cochrane naquela mesma tarde, e com pouca dificuldade chegaram a um acordo. Os termos finais eram claros e concisos, e foram transcritos por Pedro, em sua própria escrita, para benefício do Primeiro-Almirante: à esquadra seria pago o valor de todas as presas tomadas antes de 12 de fevereiro de 1824, as quantias seriam acordadas por arbítrio, mais 40.000 mil réis pela *Imperatriz*, enquanto o Tesouro assumiria a responsabilidade por todas as queixas por dano.

Parecia que a crise estava terminada e o problema resolvido. Em 14 de fevereiro, o Imperador informou ao Conselho o sucesso de suas negociações e em 23 de fevereiro foi publicado um Decreto Imperial dando força oficial aos termos do acordo. Em 3 de

março, o moral e a confiança tinham sido suficientemente restaurados para que uma esquadra, compreendendo as *Fragatas Niterói* (CMG João Taylor) e *Piranga* (CMG James Norton), o *Bri-gue Bahia* (CT Bartolomeu Haiden) e o *Transporte Gentil Americana* (1º Tenente James Watson), viajasse para Pernambuco, onde tendências rebeldes tinham começado a se manifestar; e em 15 de março, foram dadas ordens para iniciar-se o processo de arbítrio do valor das presas.

A CONTROVÉRSIA DAS PRESAS: FASE II

Parecia à primeira vista ser altamente satisfatório o acordo que o governo tinha concluído com Cochrane, mas nem os termos oferecidos, nem o modo pelo qual eles parecem ter sido negociados, fizeram qualquer coisa para modificar a obsessiva desconfiança de Cochrane sobre a honestidade e boa fé da administração. Agora a mente suspeitosa e impaciente de Cochrane estava convencida de que os ministros eram partidários de Portugal, que estavam deliberadamente tentando minar e diminuir sua autoridade, livrar-se dos oficiais britânicos e destruir a Marinha, a fim de enfraquecer o novo Império Brasileiro no interesse dos portugueses. A simplista visão de vida do Primeiro-Almirante impedia-lhe apreciar a delicadeza da posição do governo ou a natureza complexa de seus problemas, e ele era incapaz de aceitar o acordo sobre o dinheiro de presas, dentro do espírito em que foi oferecido. O que fora um compromisso, estimulado parcialmente pela necessidade, e parcialmente por um verdadeiro desejo de reconciliação, era visto como uma concessão relutante, somente arrancada de uma administração hostil, como resultado do apelo de Cochrane para a intervenção pessoal do Imperador. Um certo número de pontos em disputa ajustara-se, porém a profunda desconfiança na mente de Cochrane, que era a causa real do choque, se removera.

No seu modo simplista, Cochrane atribuíra todas as suas queixas sobre a Corte de Presas à obstrução delibe-

rada dos portugueses, não somente as decisões desfavoráveis, mas também as demoras que haviam sido fonte de tanta ira. Esperava Cochrane que o acordo de 12 de fevereiro fosse seguido por uma imediata aceleração das decisões da Corte de Presas e pelo pagamento do dinheiro das presas, e quando nada disso aconteceu ele imediatamente chegou à conclusão de que o governo o tinha enganado. Para um homem do temperamento do Primeiro-Almirante, somente provas concretas, na forma do mais rápido julgamento das presas e a respectiva indenização poderiam superar essas suspeitas, e nas circunstâncias nada disso era possível, primeiro por causa da natureza dos processos legais envolvidos e, segundo, das dificuldades financeiras do governo.

A lei inglesa de presas, como Cochrane tinha vividamente demonstrado em Malta, era corrupta e freqüentemente levava a disputas legais desagradáveis entre os oficiais superiores envolvidos; mas, em casos simples, que se relacionassem com a condenação de navios inimigos, a lei era geralmente rápida. Por outro lado, a aplicação das leis de presa portuguesa e brasileira, embora pudesse ser menos corrupta, era consideravelmente mais demorada e mais confusa, e a posição no Rio, em 1824, tornara-se ainda mais complicada, devido aos métodos pelos quais muitas das presas tinham sido capturadas. Os Alvarás de 1796 e 1797 determinavam especificamente que as cargas de presa deviam ser deixadas intocadas e que todos os papéis e pelo menos dois oficiais de cada navio capturado deveriam ser mantidos no navio, para fins de evidência. Foram tais as circunstâncias da caça ao comboio português e a captura de São Luís e Pará, que estas e outras regras muitas vezes não tinham sido observadas; alguns navios chegaram a portos brasileiros sem oficiais, alguns sem guarnições de presa e alguns carregados com mercadoria que não pertencia a eles, e tendo Cochrane falta de guarnições de presa no Maranhão, tomou a medida, altamente irregular e sem precedentes, de pedir em dinheiro o valor das mercadorias e dos navios que não pudera

mandar para o Rio. Como resultado, um processo legal já naturalmente demorado foi tornado ainda mais prolongado e complexo por motivo de infrações técnicas. Cochrane não compreendia nenhuma dessas dificuldades: para a sua mente suspeitosa, toda essa demora era parte de uma intriga portuguesa, na qual Vilela Barbosa estava intimamente implicado. Ele não sabia que o Ministro estava de fato fazendo pressão nas Cortes de Presa para produzir julgamentos mais rápidos,¹⁸ nem que o número de sessões semanais fora aumentado para apressar o procedimento.¹⁹ Na verdade, em 13 de novembro de 1824, o Conselho Militar Supremo protestou diretamente ao Imperador, dizendo que a pressa imposta às Cortes de Presa resultara em várias decisões erradas de justiça.

Mas, mesmo a despeito das demoras, parece que Cochrane poderia ainda ter sido convencido pelo pronto pagamento de um adiantamento do dinheiro de prêmio,²⁰ mas isso também era quase impossível. Em sua breve história, o Império Brasileiro estivera em um estado de perpétua crise financeira e, até 1824, tinha sido privado das rendas de quase metade da Nação. Em 1821, a renda do governo fora somente 2/3 da despesa, e desde aquele tempo a dívida nacional havia aumentado firmemente, de 9,8 milhões de mil réis para 11 milhões (£ 2.200.000).²¹ Em 1824, a situação melhorara apenas ligeiramente e o Governo estava esperando salvar a situação com a ajuda de um empréstimo de 3 milhões de libras que estava sendo negociado por seu agente em Londres, Felisberto Brant Pontes, com garantia das taxas alfandegárias do Rio, Bahia, Pernambuco e Maranhão. E com a ameaça de reconquista, com os rumores de rebelião no Norte, e com o pagamento de débitos de salários sendo a primeira condição para a evacuação das tropas portuguesas em Montevideú, o Governo Brasileiro não tinha dinheiro para despendar com gestos que se destinavam a acalmar o Primeiro-Almirante cheio de suspeitas.

O Ministério, por outro lado, não entendia inteiramente a razão da aparente

obsessão de Cochrane com o dinheiro das presas. Nas Marinhas Portuguesa e Brasileira, as presas eram uma consideração de menor importância: o serviço comissionado era realmente uma *carreira*, com promoção aos postos superiores, e um emprego quase contínuo era mais regra que exceção. Na Marinha Britânica, onde a promoção dependia de influência, e onde uma super-expansão na guerra levava invariavelmente a violentos cortes e a um maior desemprego de oficiais em tempo de paz, a possibilidade de ganhar dinheiro de presas era um incentivo maior e um fator importante em compensar as desvantagens do serviço. Porém, da mesma forma que falhavam os brasileiros em entender o ponto de vista britânico, também Cochrane não conhecia os problemas financeiros do governo: para ele era inexplicável o não pagamento de um adiantamento do dinheiro das presas, exceto se se pensasse em jogo duplo. E para Cochrane, acostumado com os anos de ricas presas das guerras napoleônicas, a soma em questão — 600.000 mil réis (£120.000) para os navios e mercadorias no porto e talvez outros 400.000 mil réis .. (£80.000) para presas fora do Rio —, parecia relativamente pequena. Sabia-se que o posto britânico de Comandante-em-Chefe nas Índias Ocidentais rendera £100.000 durante a guerra (Lord Keith tinha feito £46.000 em apenas dois anos de Mediterrâneo e o Almirante Collingwood ficou muito desapontado de ter ganho somente £28.000 em quatro anos) e foi dito que a Fragata HMS *Pallas* ganhou dinheiro de presas, totalizando £200.000, enquanto esteve sob o comando de Cochrane, em 1805!

Para os brasileiros, contudo, era muito grande a quantia de dinheiro envolvida. A despesa naval do Império, em 1823, fora cerca de 1.100.000 mil réis (£220.000)²² e estava sendo aproximadamente 100.000 mil réis por mês, durante 1824.²³ Nesses termos, estava Cochrane pedindo um dinheiro de presas igual a todo o custeio da Marinha Brasileira por quase um ano! Não dispunha o Governo de tais somas e as suspeitas de Cochrane permaneciam. Passado um mês do acordo de 12 de

fevereiro, estava ele bombardeando o Governo com queixas, como se não existisse o acordo. Em 20 de março, apresentou mais uma vez a sua resignação. Em 30 de março, repetiu suas queixas em uma longa carta ao ministro, cuja resposta fez aparecer um ainda mais gigantesco catálogo de queixas, em 3 de maio. Um memorando em defesa do Brasil forneceu outra oportunidade no início de maio; e suas recomendações para o desenvolvimento da Marinha, apresentadas em 21 de junho, seguidas por outro memorando, em 3 de julho, forneceram duas outras oportunidades. O Governo, pelo menos no papel, tratou pacientemente das suas reclamações, protestou sua boa fé e reafirmou as promessas que fizera em fevereiro sobre o dinheiro de presas; mas Cochrane não pôde ser acalmado.

A atmosfera no Rio foi tornada ainda pior pelos pronunciamentos da Corte de Presas, que parecia estar agindo com tanto legalismo no trato de ninharias que chegava a beirar o ridículo. Infrações dos procedimentos baixados para captura de presas eram julgadas com completo desrespeito pelas circunstâncias. O artigo 18 do Alvará de 1796, por exemplo, estatuiu que os culpados de mexer em cargas de presa seriam multados em quatro vezes o valor da presa e estariam sujeitos à punição corporal. Lord Cochrane tinha claramente transgredido este regulamento no Maranhão, mas era indesculpável a Corte de Presas dirigir sua atenção para as penalidades em que ele havia incorrido, sem olhar para as circunstâncias ou para os inestimáveis serviços que prestara à causa brasileira, e isto provocou uma compreensível explosão de raiva. O Comandante Taylor, da *Niterói*, foi sentenciado a uma multa de quatro vezes o valor das mercadorias em questão, por ter reabastecido os paíóis da fragata com a carga da *Prazeres* e *Alegria*, num momento em que seu navio estava no mar há três meses, e em águas portuguesas, a 4.000 milhas de um porto amigo!

E assim, a despeito do acordo de 12 de fevereiro, continuavam a deteriorar-se as relações entre o Governo Brasileiro e seu Primeiro-Almirante. Nos

meados de 1824, Cochrane e o Ministro da Marinha não mais se falavam e trocavam uma correspondência ácida e anônima pelos jornais. Tornara-se quase impossível pacificar o Primeiro-Almirante — respondendo a reclamações sobre seus termos de serviço, o tratamento dado aos oficiais britânicos, a liberação de presas, e sua posição depois da guerra; ele protestou contra alegadas tentativas de minar sua autoridade, quando o Ministério não se comunicou com a Esquadra através de sua agência, mas, quando isso foi feito, ele reclamou estar sendo inundado com ordens sobre coisas sem importância.²⁴ O caso Grenfell foi típico exemplo da situação em que estavam as relações e das táticas de obstrução que estava empregando Cochrane. O Capitão-Tenente John Pascoe Grenfell chegou ao Rio, com a *Imperatriz*, em 23 de maio de 1824, vindo do Pará. Em sua ausência foram retirados da fragata, pelas autoridades, documentos e dinheiro de presas e foram dadas ordens para que ele se apresentasse ao Ministério, a fim de que pudessem ser examinadas as queixas contra sua conduta, feitas pelo governo da província.²⁵ Grenfell, alarmado por essa ocorrência e pela atmosfera de antagonismo no Rio, ocultou-se por dois meses, enquanto Cochrane dizia ao Ministério que ele tinha procurado refúgio em um navio britânico (informação que não era verdadeira e que causou uma correspondência tensa e desnecessária entre as autoridades brasileiras e britânicas), e protestava contra as ordens para prender Grenfell, dizendo que era Comandante-em-Chefe e não um policial, embora inúmeras ordens semelhantes tivessem passado por suas mãos; depois, finalmente, distribuiu as ordens necessárias, mas nunca as pôs em vigor. Eventualmente, no fim de julho, Grenfell entregou-se, e mais tarde foi julgado e absolvido das acusações.

Junho de 1824 testemunhou também o caso Bompland, quando Cochrane foi avisado pela esposa de um naturalista francês residente, de que as autoridades pretendiam usar a desculpa de uma revista naval na manhã seguinte para detê-lo, enquanto capturavam

quantias de dinheiro que Cochrane se recusara, ilegalmente, a devolver à Corte de Presas, para adjudicação. O Primeiro-Almirante seguiu na calada da noite para o Palácio de São Cristóvão, encontrou-se com o Imperador em camisa de dormir, e assegurou o abandono do plano.

Mas, sob esses acontecimentos cômicos, estavam se tornando sérios os problemas com que se defrontava o Império Brasileiro nos meados de 1824. As informações da Europa davam ainda detalhes de preparativos militares portugueses e o Rio e as cidades da costa estavam reforçando suas defesas e levantando tropas.²⁶ As notícias das províncias do Norte eram também alarmantes e, a despeito do bloqueio de Pernambuco, feito por Taylor, o contágio da revolta estava se espalhando para as áreas adjacentes. Dadas as circunstâncias, fez o Governo Brasileiro um último esforço para satisfazer Lord Cochrane. Em 4 de junho, foi prometido, como um gesto especial de apreço, pagar o aluguel de sua casa, e no mesmo dia o Ministro da Marinha escreveu para assegurar ao Primeiro-Almirante a determinação do governo em honrar o acordo de presas de 12 de fevereiro, a aceitação da responsabilidade de ajustar todas as queixas por dano, e a sua boa vontade em pagar à Esquadra o valor de todas as presas liberadas. Para facilitar o problema de pessoal, foi decretado, em 12 de junho, que todos os marinheiros estrangeiros receberiam salários 50% acima das tabelas normais e, em 19 de junho, escreveu o governo mais uma vez a Cochrane, confirmando o acordo de presas e informando de sua decisão de colocar disponíveis 200.000 mil réis (£40.000), como um adiantamento do dinheiro das presas e como um gesto de boa fé. Finalmente, em 27 de julho, Vilela Barbosa terminou com uma queixa que vinha perturbando Cochrane, desde que uma ordem, de 27 de fevereiro, deixara implicado que seu período de serviço (e completo pagamento) terminaria no final da presente guerra. Em um decreto oficial, assinado pelo Imperador, foi confirmado que Cochrane permaneceria Comandante-em-Chefe da Marinha Bra-

sileira, com pagamento integral, pelo tempo que desejasse, e que, se ele decidisse resignar, receberia meio pagamento pelo resto de sua vida, gozando também sua esposa do mesmo privilégio enquanto ela vivesse.

Na nova atmosfera criada por essas concessões e pela oportuna condenação de um certo número de presas,²⁷ o bloqueio de Pernambuco foi renovado em 6 de julho de 1824, e seis dias mais tarde uma esquadra avançada, consistindo da Fragata *Paraguacu* (ex-*Real Carolina* — CF Matheus Welch), a nova Corveta *Maceió* (CF Antônio José de Carvalho), o Brigue-Escuna *Pará* (Primeiro-Tenente Guilherme Eyre) e a Escuna *Leopoldina* (Primeiro-Tenente Rodrigo Theodoro de Freitas) foi despachada para reforçá-la. No mesmo dia, Cochrane recebeu do Tesouro os 200.000 mil réis, e uma semana mais tarde — a despeito de ordens oficiais de não ser feito o pagamento até estar a Esquadra no mar — ele começou a distribuir o dinheiro entre a guarnição do capitânia. Em 26 de julho, chegaram notícias ao Rio dizendo que as províncias do Norte estavam em revolta, chamando-se elas próprias a *Confederação do Equador*, e em 2 de agosto a *Pedro I* (CMG Thomas Sackville Crosbie) arvorando o pavilhão de Cochrane, a Corveta *Carioca* (CF Antônio Joaquim de Couto), o Brigue *Maranhão* (CT Jorge Manson) e dois transportes suspenderam para acabar com a insurreição, levando 1.800 homens sob o comando do General Francisco de Lima e Silva e — para uma guerra em que palavras poderiam ser tão letais quanto balas — um prelo e um impressor. Outros reforços deixaram o Rio, em 21 de agosto, com as Fragatas *Piranga* (Chefe de Divisão David Jewett) e *Niterói* (CMG James Norton), que tinham recentemente regressado do Norte, e o Brigue *Cacique* (CT Francisco Bibiano de Castro).

É irônico notar que no mesmo dia em que Cochrane partia para Pernambuco, o HMS *Sparrowhawk* entrou no Rio, vindo da Inglaterra, em viagem de quarenta e oito dias, trazendo £ 300.000 em moeda e barras de ouro como primeira parcela do empréstimo brasilei-

ro.²⁸ As dificuldades financeiras do Governo pareciam ter enfim terminado. É interessante imaginar o que poderia ter acontecido se o *Sparrowhawk* tivesse chegado quatro meses mais cedo com sua carga de ouro. Teria pago o Governo a Cochrane o bastante para satisfazer seus pedidos e remover suas

suspeitas? É provável que a necessidade poderia tê-lo compelido a agir assim, caso em que a história de Cochrane no Brasil teria sido muito diferente. Mas tal especulação é inútil: o *Sparrowhawk* chegou em 2 de agosto, no mesmo dia em que Cochrane deixou o Rio de Janeiro, para não mais regressar.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

[P.R.O. — Public Record Office, London
A.N. — Arquivo Nacional, Rio

Narrative — *Narrativa de Serviços no Libertar-se o Brasil da Dominação Portuguesa, Admiral Lord Cochrane*, London, Ridgway, 1859 (em Português).

¹⁾ 3 de maio de 1824

²⁾ 21 de junho de 1824 — Ver CMG Max Justo Guedes, "Cochrane e a Construção Naval no Brasil", *Navigator*, N° 3, junho 1971.

³⁾ Vilela Barbosa — Cochrane, 5 de janeiro de 1824, Arquivo Nacional (A.N.) Rio XM 1232.

Narrativa de Serviços... de Cochrane, escrita 35 anos mais tarde para justificar suas reivindicações contra o Governo Brasileiro, cita o incidente do *Atlanta* como típico das tentativas feitas continuamente para minar sua autoridade. Os registros brasileiros não apóiam esta queixa, indicam apenas que o caso foi claramente a exceção que comprova a regra.

⁴⁾ Na época em que Cochrane escreveu sua *Narrativa* (1857), esses números tinham subido ridicularmente para cento e vinte navios, valendo 2 milhões de mil réis (Vol. II p. 105). As reais reivindicações apresentadas por Cochrane em 1824 eram a grosso modo as que se seguem:

Propriedade pública no Maranhão e Pará	300.000 mil réis
Propriedade privada no Maranhão e Pará	320.000 " "
Valor de navios de guerra	140.000 " "
Navios e cargas	514.200 " "
Ref. A.N., Rio XM 254, XM 1257	
	1.274.200 " "

⁵⁾ Cochrane — Vilela Barbosa, 31 de janeiro 1824 — A.N. Rio, XM 254.

⁶⁾ Vilela Barbosa — Auditoria da Marinha, 17 de dezembro 1823, A.N. Rio XM 678.

⁷⁾ Canning — Chamberlain, No. 17, 8 de dezembro de 1823. P.R.O., F.O. 62/257.

⁸⁾ Chamberlain — Canning, No. 5, 8 janeiro 1824. P.R.O., F.O. 63/276.

⁹⁾ Canning — Chamberlain No. 4, 8 março 1824 P.R.O., F.O. 63/275.

¹⁰⁾ Decreto de 29 dezembro 1823, *Diário do Governo*, 2 janeiro 1824.

¹¹⁾ Vilela Barbosa — Alfândega, 7 janeiro 1824. A.N. XM 678.

¹²⁾ Chamberlain — Canning, No. 5, 8 janeiro 1824. P.R.O., F.O. 63/276. Um exame de documentos nos Arquivos Brasileiros não apóia esta acusação — ao contrário, embora o arsenal pareça ter perdido muito de seu vigor, a administração naval do Brasil daquela época parece ter sido bem eficiente.

¹³⁾ Chamberlain — Canning, No. 18, 10 fevereiro de 1824, P.R.O., F.O. 63/276. Foram dadas ordens para pagar os oficiais da *Pedro I*, para dar aos homens três meses de pagamento em 19 de novembro, e para todos os marinheiros no porto serem pagos até o fim do ano, em 3 de janeiro de 1824. (A.N. Rio XM 678 as datas citadas). Parece não haver substância na acusação feita por Cochrane 35 amargos anos mais tarde, de que havia queixas quanto a frequência de pagamento e de que os homens recusaram-se a aceitar seus três meses adiantados! Isto é típico de muitos assuntos menores que mudaram em confrontações cuidadosas na época em que a *Narrativa* foi escrita.

¹⁴⁾ Cochrane — Vilela Barbosa, 31 dezembro 1823, e suas respostas datadas de 3 e 12 de janeiro 1824. A.N. Rio, XM 1232.

¹⁵⁾ Chamberlain — Canning, No. 18, 10 fevereiro 1824, *ibid.* Admiral Sir George Eyre-Croker, 17 fevereiro 1824, P.R.O. Adm. 1/29.

¹⁶⁾ Chamberlain — Canning No. 6, 8 janeiro 1824, P.R.O., F.O. 63/276.

¹⁷⁾ Minutas do Conselho de Estado, 12 fevereiro 1824, publicadas em *Documentos da Independência*, Biblioteca Nacional, Rio, 1923 p. 457.

¹⁸⁾ Vilela Barbosa — Auditor da Marinha, 17 dezembro 1823. Vilela Barbosa — Conselho Supremo Militar, 3 janeiro 1824, A.N. Rio, XM 678.

¹⁹⁾ Vilela Barbosa — C.S.M., 30 janeiro 1824, *ibid.*

²⁰⁾ Deve ser enfatizado que Cochrane estava pedindo um pagamento *adiantado*, e não, como sua narrativa diz, meramente distribuição de dinheiro já concedido e disponível.

²¹⁾ *Exposição do Estado da Fazenda Pública*, setembro 1823, A.N. Rio.

²²⁾ Intendência — Cunha Moreira, 22 julho 1823, A.N. Rio XM 101.

²³⁾ Vilela Barbosa — Intendência, 12 dezembro 1823, A.N. Rio XM 678.

²⁴⁾ *Narrativa*, Vol. II p. 141 — Uma vez mais é difícil decidir exatamente se esta é uma queixa real de 1824 ou aparecida somente 35 anos mais tarde.

²⁵⁾ Vilela Barbosa — Cochrane, 24 e 25 maio 1824, A.N. Rio XM 1232.

²⁶⁾ Chamberlain — Canning 15 maio, 18 junho, 17 julho 1824, P.R.O., F.O. 63/277-278.

²⁷⁾ *A Leal Portuguesa* (que se tornou mais tarde a *Carioca*) e a *Prontidão* foram condenadas em maio, a *Pará* e a *Maranhão* em junho, e a *Harmonia*, *Caridade* e *Carvalho IV* (que se tornou o *Brigue Pirajá*) em julho. O governo comprou seis destes por um total de 50.000 mil réis (£10.000).

²⁸⁾ Chamberlain — Canning, No. 83, 7 agosto 1824, P.R.O., F.O. 63/278.

